

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA POTIGUARA

Estudo Técnico Preliminar 3/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 25058.000087/2026-28

2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição de materiais de consumo para atender às necessidades da Sede Administrativa, Polos Base e Unidades Básicas de Saúde Indígena, sob a responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara, que abrange a população indígena nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

2.2. O Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara tem por competência garantir acesso integral à saúde para os indígenas aldeados, conforme a Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Sendo que desde o ano de 2024, passou a ser responsável pela oferta de serviços básicos de saúde aos indígenas das etnias Potiguara e de outras etnias que residem em municípios do Rio Grande do Norte, em decorrência de Ação Civil Pública nº 0800391-62.2020.4.05.8400.

2.4. Diante dessa necessidade, é responsabilidade do DSEI Potiguara realizar a aquisição de materiais de consumo para assegurar a continuidade das atividades administrativas na Sede, Polos Base e Unidades Básicas de Saúde Indígena, com o objetivo de prestar assistência à saúde da população indígena aldeada.

2.5. Os materiais de consumo a serem adquiridos referem-se a itens de higiene, não contemplados no contrato de limpeza; itens para copa/cozinha e outros materiais de caráter administrativos que não são atendidos pelo sistema de "Almoxarifado Virtual Nacional", mas que são essenciais para a realização das atividades diárias.

2.6. Portanto, com o intuito de garantir a continuidade dos trabalhos desenvolvidos no órgão e a manutenção de um ambiente organizacional adequado, justifica-se a aquisição dos materiais de consumo mencionados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG POTIGUARA	JOCELIA SOARES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A empresa a ser contratada deverá cumprir os seguintes requisitos:

4.1.1. Os requisitos fundamentais para a aquisição devem seguir os parâmetros de eficiência e eficácia na entrega dos produtos. A empresa a ser contratada deverá possuir os seguintes requisitos para o atendimento da demanda:

4.1.1.1. O prazo de entrega do objeto pela empresa vencedora não será superior a **30 (trinta) dias corridos**, contados após o recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, considerando que a ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário. Na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de seu envio.

4.1.1.2. Cumprir o prazo de entrega do material.

4.1.1.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.1.1.4. Demonstrar comprovação de regularidade dos seguintes documentos: declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça - CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e CNEP; Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União.

4.1.1.5. Executar o objeto licitado em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas e obrigações contidas no Termo de Referência.

4.1.1.6. Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar, explicitamente, as indicações referentes à: nome do produto, marca, modelo, fabricante e prazo de garantia dos bens/equipamentos.

4.1.1.7. Fornecer diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela contratante, além de responder por todos os ônus referentes à entrega, tais como fretes, encargos sociais e legais, impostos, seguros e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados e demais despesas incidentes direta ou indiretamente decorrentes da entrega do objeto.

4.1.1.8. Substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da notificação do DSEI POTIGUARA, caso se constate avarias, defeitos ou em desacordo com as especificações do Termo de Referência.

4.1.1.9. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus colaboradores quando da entrega dos produtos.

4.2 Os materiais deverão ser entregues, com todas as despesas de transporte assumidas pela empresa fornecedora, no DSEI POTIGUARA, situado na **Avenida Presidente Epitácio Pessoa, nº 2953, Brisamar, João Pessoa/PB, CEP 58033-015, no horário das 08h às 12h, e de 14h às 17h, de segunda a sexta.**

4.3. Na apresentação das propostas o licitante deverá informar as características principais do objeto e as características específicas como modelo, marca, referência e fabricante.

4.4. Critérios de Sustentabilidade

4.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.4.1.1. Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação a seus similares.

4.4.1.2. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.4.1.3. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.4.1 Em observância à Instrução Normativa Nº 01 de 19 de janeiro de 2010, art. 5º, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, sempre que possível:

4.4.1.1 Os fornecedores, sempre que possível, deverão adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, seguindo os critérios de sustentabilidade ambiental:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.4. Consultando, ainda, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, como requisito de sustentabilidade, deverá ser apresentado:

4.4.1. Comprovante de Registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, para as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, para os itens das seguintes classificações:

- a) Indústria de Papel e Celulose - Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada;
- b) Indústria de Produtos de Matéria Plástica - Fabricação de artefatos de material plástico.

4.5. Os critérios de sustentabilidade apresentados neste termo de referência atendem aos critérios para práticas de sustentabilidade apresentados no Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) do Ministério da Saúde, instituído pela Portaria SE/MS nº 463, de 26 de março de 2024, conforme princípios/diretrizes, abaixo identificados:

- **PD02:** Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos.
- **PD04:** Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

4.5. Garantia

4.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

- a) Considerando o baixo valor total individualizado por item da contratação;
- b) Ademais a garantia é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados, o que não é o caso da presente contratação.

4.6. Subcontratação

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)

4.7.1. Em conformidade com o disposto no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode, em casos devidamente justificados nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), indicar marcas ou modelos específicos para garantir o atendimento a requisitos técnicos ou de qualidade imprescindíveis à execução do objeto contratado.

4.7.2. Após a realização das análises técnicas e de mercado pertinentes ao presente processo, verificou-se que a especificação do objeto pode ser realizada de maneira ampla e baseada em requisitos técnicos objetivos, sem a necessidade de vinculação a determinada marca ou modelo. Dessa forma, não se configura a excepcionalidade prevista no dispositivo legal mencionado.

4.7.3. Diante disso, não se aplica ao presente caso a indicação de marcas ou modelos, devendo a descrição do objeto seguir os princípios da ampla competitividade, da isonomia e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme preceituam os princípios e diretrizes da Nova Lei de Licitações e Contratos.

4.8. Da padronização (Portaria Seges/ME nº 938/2022).

4.8.1. A Lei das Licitações nº 14.133/2021 no seu art. 40, § 1º, inc. I, prevê a utilização preferencial dos produtos constantes do catálogo eletrônico de padronização. (Art. 40, § 1º, inc. I: I - especificamente do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança). Considerando que até o presente momento os itens objeto desta contratação não constam cadastrados no mencionado repositório, não existe possibilidade fática de sua utilização por esta unidade solicitante.

4.9. Participação de Consórcios

4.9.1. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que a aquisição de materiais de consumo em geral, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais;

4.9.2. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio;

4.9.3. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133 /2021, que em seu artigo 15 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Ressalte-se que a nossa decisão com relação à vedação à participação de consórcios, expressa no Edital , para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/carteis para manipular os preços nas licitações.

4.10. Participação de Cooperativas

4.10.1. Em relação à participação em certames licitatórios de **Cooperativas** o Tribunal de Contas da União Licitações & Contratos: orientações e jurisprudência do TCU 4ª edição cita:

Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas características seguintes [...]

Contratação dessas entidades pela Administração Pública subordina-se aos comandos do Termo de Conciliação Judicial firmado pelo Ministério Público do Trabalho com a União.

De acordo com referido documento, é lícita a contratação de sociedades cooperativas desde que os serviços licitados sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços.

4.10.2. Sob esta ótica, cabe mencionar a Instrução Normativa SEGES-MPDG nº 5/2017 que Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Vejamos:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados;

4.10.3. A vedação está respaldada no princípio da eficiência administrativa, conforme previsto na **Lei nº 14.133, de 2021**, uma vez que as especificidades do objeto podem comprometer a capacidade de atendimento por cooperativas, especialmente em cenários que exigem alta especialização ou padronização técnica.

4.10.4. Diante do exposto, conclui-se que a participação de cooperativas não se mostra adequada nem compatível com o objeto licitado, sendo a vedação medida necessária, razoável e proporcional.

4.11. Fundamentação Legal

4.11.1. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

4.11.2. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 - Código de defesa do consumidor;

4.11.3. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2.010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

4.11.4. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2.011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1.990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2.005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1.991; e dá outras providências;

4.11.5. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

4.11.6. Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia;

4.11.7. Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2.015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

4.11.8. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2.010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.11.9. Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2.018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;

4.11.10. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 6ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em setembro de 2023;

4.11.11. Portaria SE/MS nº 463, de 26 de março de 2024, institui o **Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS/MS 2024/2026** - O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Saúde é o instrumento de planejamento que estabelece práticas de sustentabilidade nos processos de trabalho e racionalização de gastos da administração pública. 1ª Edição - Março/2024.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A escolha da solução se deu através de ampla pesquisa de mercado, e do conhecimento técnico e prático do objeto a ser contratado, através da análise da viabilidade de implementação das soluções disponíveis no mercado.

5.2. Sendo assim, de uma forma geral, esta equipe identificou, que na aquisição de Material de Consumo pela Administração Pública predominam quatro tipos de soluções:

5.2.1. Solução 01: Aquisição Através de Licitação mediante Sistema de Registro de Preços.

5.2.1.1. De modo geral, na aquisição de materiais de maneira isolada, acredita-se no ganho econômico na compra em escala, uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuir suas margens de lucro, a depender do quantitativo a ser registrado pela Administração.

5.2.1.2. Ademais, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços poderá viabilizar a participação de outros órgãos interessados em aderir na origem, através da Intenção de Registro de Preços, podendo elevar ainda mais o quantitativo da licitação.

5.2.1.3. Sendo assim, com a utilização do Sistema de Registro de Preço, a Administração tende a economizar nas suas aquisições, não precisando providenciar grandes áreas para armazenagem de materiais, tendo em vista que o licitante vencedor, ao assinar a Ata de Registro de Preços, compromete-se a fornecer os materiais pelo preço acordado e no momento em que for solicitado.

5.2.2. Solução 02: Aquisição por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços.

5.2.2.1. Por intermédio da Lei nº 14.133, de 2021, que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece-se a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação ser aproveitada por outros órgãos e entidades, os quais não participaram na origem da licitação.

5.2.2.2. Dessarte, o atendimento às solicitações de "carona" pelos órgãos não participantes fica condicionado à: Aceitação, pelo fornecedor, da contratação pretendida, condicionada esta à não gerar prejuízo aos compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços; Consulta e anuência do órgão gerenciador da ata.

5.2.2.3. Embora a norma seja silente a respeito, deverão ser mantidas as mesmas condições do registro, ressalvadas apenas as renegociações promovidas pelo órgão gerenciador, que se fizerem necessárias.

5.2.2.4. A Lei nº 14.133, de 2021, trouxe novas barreiras às adesões a ata de registro de preços. De largada, os limites para as adesões foram reduzidos. Na redação original do Decreto Federal nº 7.892/2013, cada aderente podia contratar 100% do registrado na ata e o conjunto das adesões estava limitado a cinco vezes o registrado na ata. Agora, com o Decreto Federal nº 9.488/2018, cada aderente somente pode contratar 50% do registrado na ata e a soma de todas as adesões não pode ultrapassar o dobro do registrado na ata.

5.2.2.5. Conforme descrito no Art. 86, da Lei nº 14.133, de 2021, inciso II, § 3º A faculdade conferida pelo § 2º deste artigo estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital, ou seja, não autorizando mais adesões a órgãos municipais.

5.2.2.6. Assim, ao encontrar atas vigentes no SIASG que atendem tanto o quantitativo necessário quanto a especificação técnica do objeto, tal procedimento se torna vantajoso para a Administração Pública, conquanto existe a necessidade de se observar os limites estabelecidos.

5.2.3. Solução 03: Aquisição através de Dispensa de Licitação.

5.2.3.1. Conforme dispõe o artigo 75 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021, a dispensa de licitação pode ser utilizada para obras e serviços de engenharia com valores de até R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil, oitocentos e doze reais e dois centavos) e para aquisição de bens e serviços comuns de até R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).

5.2.3.2. Diante do exposto, apesar do procedimento se mostrar viável, este deve ser utilizado de forma excepcional, uma vez que a regra no âmbito da Administração Pública é licitar.

5.2.4. Solução 04: Registrar Intenção de Registro de Preços junto a outro órgão na condição de participante

5.2.4.1. Quando um órgão publica a IRP ele abre para que outros órgãos possam participar da futura licitação. Isso permite otimizar processos licitatórios, obter melhores preços e, conseqüentemente, boas oportunidades para as empresas.

5.2.4.2. O artigo 86 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 dispõe sobre a obrigatoriedade, via de regra, do órgão em publicar a IRP. Essa publicação deve ter prazo mínimo de 8 dias para os demais órgãos manifestarem intenção de participar.

5.2.4.3. Em outros termos, permite que as identificações de necessidades compatíveis em mais de um órgão possam ser atendidas mediante único procedimento, somado à possível economia de escala decorrente da definição de um quantitativo estimado maior.

5.2.4.4. Sendo assim, é eminente que a IRP é um procedimento muito útil para a Administração, pois permite otimizar processos licitatórios. Além disso, promove economia para os órgãos públicos, além de criar oportunidades ótimas para empresas. Isso porque a empresa vencedora do certame passará a fornecer produtos e serviços para vários órgãos, aumentando seus ganhos. Associado ao fato da empresa vencedora ter um contrato duradouro e muitas vendas.

5.3. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES EXISTENTES

5.3.1. Solução 1 - A regra na Administração Pública é licitar. Sendo assim, esta solução é mais viável e adequada. Além disso, a licitação processada por meio do sistema de registro de preços (SRP) oferece agilidade, economia e eficiência à administração pública, permitindo compras fracionadas sem novas licitações.

5.3.2. Solução 2 – Embora tenham sido identificadas atas no SIASG que atendem às necessidades da instituição, não foi constatada a existência de uma única ATA com os itens necessários pelo órgão, o que acarretaria na realização de diversos processos de Adesão. Ademais, a Adesão à Ata de Registro de Preços deve ser considerada uma exceção no âmbito da Administração Pública.

5.3.3. Solução 3 - O valor global obtido por meio da pesquisa de preços, é maior que os valores do referido artigo da lei de licitações. Assim sendo, insuficiente para cobrir as despesas que serão geradas por esta aquisição.

5.3.4. Solução 4 - Não foram localizadas Intenções de Registro de Preços junto a outros órgãos no SIASG que possuam todos os itens, ou a maioria, presentes neste ETP.

5.4. CONCLUSÃO

5.4.1. Visando continuidade das atividades deste Distrito, **entende-se como formato mais adequado o apresentado na Solução 1.**

5.4.2. Ressalta-se que as soluções foram apreciadas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos. A solução escolhida atende as determinações legais mostrando-se a opção mais viável e econômica à Instituição.

5.4.3. Com o exposto, esta equipe conclui que deve-se optar pela Solução 1, tendo em vista que a demanda será atendida.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução para atender a necessidade exposta é a aquisição de materiais de higiene e de consumo administrativo, que serão utilizados na Sede, Polos Bases e nas Unidades Básicas de Saúde Indígena de abrangência da Paraíba e Rio Grande do Norte, sob responsabilidade do DSEI POTIGURA.

6.2. Dessa forma, após o levantamento das possíveis soluções existentes no mercado, esta equipe optou pelo prosseguimento da aquisição através de realização de Licitação por meio de Sistema de Registro de Preços, uma vez que:

- 6.2.1. A Administração não se obriga a contratar todo o quantitativo previsto na licitação e registrado em Ata;
- 6.2.2. Existe a possibilidade de definir quantitativo a maior, além da sua real estimativa nos casos de objetos de difícil previsibilidade, cuja previsão pode ser frustrada por uma série de fatores variáveis que não são controlados pela Administração;
- 6.2.3. Permite flexibilidade e parcelamento das contratações da solução;
- 6.2.4. Permite um controle eficaz dos estoques.

6.4 A solução contempla os seguintes componentes:

- 6.4.1. **Fornecimento dos produtos:** Aquisição de materiais de consumo em geral.
- 6.4.2. **Logística e distribuição:** A contratada será responsável pelo transporte dos produtos até o local indicado pela Administração, garantindo a Integridade dos produtos durante o transporte; condições adequadas de conservação e cumprimento dos prazos de entrega.
- 6.4.3. **Entrega parcelada sob demanda:** O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade do DSEI, com o objetivo de evitar vencimento dos produtos, otimizar o armazenamento e garantir abastecimento contínuo.

6.5. A execução da solução se dará por meio de procedimento licitatório, com contratação de empresa especializada para fornecimento dos produtos.

6.6. A solução está diretamente à garantia da continuidade dos trabalhos desenvolvidos no DSEI POTIGUARA, e a manutenção de uma ambiente organizacional adequado.

6.7. Com a implementação da solução, espera-se:

- Garantia do fornecimento contínuo dos materiais de consumo;
- Redução de desabastecimento;
- Manutenção do ambiente organizacional;
- Continuidade das atividades administrativas na Sede, Polos Base e UBSIs.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades foram estimadas considerando o histórico de consumo médio mensal, bem como possíveis variáveis de consumo, tais como: crescimento da demanda; Implantação de novas UBSIs que se encontram em fase final de construção; realização de eventos que demandam um consumo maior, em determinado período.

7.2. Após esta análise, as quantidades foram ajustadas, resultando portanto nas seguintes quantidades necessárias à contratação:

--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANT. TOTAL	UNIDADE	REQ. MINIMA	REQ. MÁXIMA
01	Cadeado Material: Latão Maciço, Material Haste: Aço Inoxidável, Cor: Amarela, Altura: 30 MM, Largura: 40 MM, Altura Haste: 30 MM, Características Adicionais: Nº 40	20	Unidade	6	14
02	Copo Descartável Material: Poliestireno, Capacidade: 180 ML, Aplicação: Água/Suco E Refrigerante	1.000	Pacote c/ 100 unidades	300	700
03	Capacho Material: Vinil, Cor: Grafite, Características Adicionais: Personalizado, Impressão: Logotipo do Órgão, Dimensões: 2m x 2,50m	2	Unidade	1	1
04	Dispenser Higienizador Material: Plástico ABS, Capacidade 400 ML, Tipo Fixação: Parede, Cor: Branca, Aplicação: Mãos, Características Adicionais: Visor Frontal para Álcool Gel ou Sabonete Líquido	50	Unidade	15	35
05	Papel Higiênico Material: Celulose Virgem, Comprimento: 30 M, Largura: 10 CM, Tipo: Picotado, Quantidade Folhas: Dupla, Cor: Branca, Características Adicionais: Extra Macio e Sem Perfume	2.200	Pacote c/ 4 unidades	660	1.540
06	Toalha de Papel Material: 100% Celulose Virgem, Tipo Folha: 2 Dobras, Comprimento: 20 CM, Largura: 21 CM, Cor: Branca, Características Adicionais: Interfolhada	1.500	Pacote c/ 1.000 folhas	450	1.050
07	Caixa Plástica, Altura: 37, Capacidade: 55L, Características adicionais: tampa e travas, Comprimento: 56,50; Largura: 38,50; Material: Plástico resistente; Tipo: Caixa organizadora; Transmittância: transparente.	40	Unidade	12	28
08	Caixa plástica; Altura: 320; Características adicionais: Fechado e com encaixe; Capacidade: 60L; Comprimento: 600; Largura: 410; Material: Plástico resistente; Tipo: monobloco.	30	Unidade	9	21
09	Caixa Térmica; Capacidade: 26L; Características Adicionais: com termômetro digital; 51 x 27 x 32,5 cm; Material: Poliuretano	20	Unidade	6	14
10	Caixa Térmica; Aplicação: Transporte de hemocomponentes; Capacidade: 15; Características adicionais: com termômetro digital, 295 x 260 x 385 mm; Material: polipropileno/ poliestireno/ polietileno/ poliuretano	20	Unidade	6	14
11	Garrafão; Aplicação: água mineral; Capacidade: 20L, Características adicionais: vazio, transparente, retornável, nbr 14222/14328, Material: plástico.	50	Unidade	15	35
12	Cadeado; Altura: 47; Características adicionais: com 16 pinos, com chave tipo tetra; Largura: 60; Material: Latão maciço; Material haste: aço cementado/cromado.	50	Unidade	15	35
13	Luva Segurança; Aplicação: produtos químicos, Características adicionais: antiderrapante, antialérgico, flocada internamente; Comprimento: 36; Espessura: 0,40; Material: látex natural; Tamanho: G.	140	Par	42	98
14	Dispenser Papel Higiênico; Altura: 27; Características adicionais: trava para rolo de até 300m; Cor: branco; Largura: 27; Material base:	50	Unidade	15	35

	plástico ABS; Profundidade: 12,50; Tipo: de parede.				
15	Dispenser Papel Toalha; Características adicionais: capacidade de até 1.000 folhas duplas; Cor: branca; Dimensões: 20 x 23; Material: plástico resistente; Tipo: para fixação em parede	50	Unidade	15	35
16	Toalha De Papel Material: Papel, Tipo Folha: Dupla Picotada, Comprimento: 22 CM, Largura: 20 CM, Cor: Branca, Características Adicionais: Alto Grau De Absorção, 60 folhas por rolo	1.020	Pacote c/ 2 Unidades.	15	35
17	Filtro Purificação Água; Material: Elemento Tripla Filtração; Vazão: 50 L/H; Características Adicionais: Manta Polipropileno, Dolomita, Carvão Ativado Prata; Aplicação: Purificador Água COMPATÍVEL COM PURIFICADOR DE ÁGUA LIBELL ACQUAFLEX CÓDIGO DE REFERÊNCIA: 50010098	100	Unidade	306	714
18	Capacho Material: Vinil, Cor: Grafite, Características Adicionais: Personalizado, Impressão: Logotipo do Órgão, Dimensões: 0,90m x 1,20m	3	Unidade	1	2
19	Papel Higiênico, Material: Celulose Virgem, Comprimento: 300 M, Largura: 10 CM, Quantidade Folhas: Simples, Cor: Branca, Características Adicionais: Não Aplicável	150	Fardo c/ 8 rolos	45	105

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 128.054,55

8.1. Como há um grande número de fabricantes, importadores, distribuidores e empresas no mercado nacional que comercializam os itens a serem licitados e devido ao fato dos bens a serem adquiridos serem classificados como bens comuns, nos termos do art. 6, inciso XIII da Lei nº 14.133/21 uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado, optou-se pela utilização do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços como forma de aquisição dos bens pretendidos.

8.2. O processo licitatório será precedido de ampla pesquisa de mercado para fixação do preço máximo, e o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos nos §§ 1º e 2º art. 23 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e regulamento, bem como por outras técnicas idôneas de formação de preço de referência. Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexecutáveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo, serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços.

8.3. O preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados.

8.4. Já a utilização da mediana é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, uma vez que, nesse caso, há influência dos extremos dos dados coletados. Já a média é indicada quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos.

8.5. Na quase totalidade das situações, não se deve estimar os preços de mercado a partir do menor valor. Estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado. Representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados. Este método somente é indicado quando estamos em um ambiente de competição oligopolista.

8.6. A doutrina matemática trata o "Coeficiente de Variação" ou "CV" como uma maneira segura de definir se uma amostra é razoavelmente homogênea, sendo calculado como a razão entre o Desvio Padrão e a Média de um conjunto de dados ou "amostra". Quanto menor o CV, mais homogênea a amostra. Em geral, um coeficiente de variação menor ou igual a 25% indica razoável homogeneidade.

8.7. Utilizando o CV como parâmetro de homogeneidade do conjunto de dados, pode-se expurgar os extremos inferiores (inexequíveis) e superiores, de tal forma a obter CV menor que 25%. Assim, para a composição dos valores de mercado, evita-se a ocorrência de discrepâncias significativas nos valores das amostras obtidas, retirando do conjunto dos dados os valores extremos de desvios, a fim de reduzir o coeficiente de variação, conferindo confiabilidade e representatividade na aferição dos preços correntes de mercado.

8.8. Sendo assim, optaremos pela média como método de obtenção de preço estimado, por ser uma medida mais robusta e utilizaremos o Coeficiente de Variação menor que 25% como método para avaliar a homogeneidade da amostra e, conseqüentemente, a exclusão de valores extremos para aplicação da média para estimar o valor estimado máximo a ser adotado na licitação.

8.9. A pesquisa de preços deve ser realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>; contratações similares de outros entes públicos; pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						
Item	Catmat	Descrição	UND.	QTD.	Valor Unitário (VU)	Valor Total (VT)
1	298375	Cadeado Material: Latão Maciço, Material Haste: Aço Inoxidável, Cor: Amarela, Altura: 30 MM, Largura: 40 MM, Altura Haste: 30 MM, Características Adicionais: Nº 40	UNIDADE	20	R\$ 39,80	R\$ 796,00
2	226343	Copo Descartável Material: Poliestireno, Capacidade: 180 ML, Aplicação: Água/Suco E Refrigerante	PACOTE C/ 100 UNIDADES	1.000	R\$ 5,29	R\$ 5.290,00
3	600917	Capacho Material: Vinil, Cor: Grafite, Características Adicionais: Personalizado, Impressão: Logotipo do Órgão; Dimensões: 2m x 2,50m	UNIDADE	2	R\$ 320,00	R\$ 640,00
4	469570	Dispenser Higienizador Material: Plástico Abs, Capacidade 400 ML, Tipo Fixação: Parede, Cor: Branca, Aplicação: Mãos, Características Adicionais: Visor Frontal para Álcool Gel ou Sabonete Líquido	UNIDADE	50	R\$ 54,79	R\$ 2.739,50
5	301139	Papel Higiénico Material: Celulose Virgem, Comprimento: 30 M, Largura: 10 CM, Tipo: Picotado, quantidade Folhas: Dupla, Cor: Branca, Características Adicionais: Extra Macio e Sem Perfume	PACOTE C/ 4 UNIDADES	2.200	R\$ 10,29	R\$ 22.638,00
6	436328	Toalha de Papel Material: 100% Celulose Virgem, Tipo Folha: 2 Dobras, Comprimento: 20 CM, Largura: 21 CM, Cor: Branca, Características Adicionais: Interfolhada	PACOTE C/ 1.000 FOLHAS	1.500	R\$ 23,01	R\$ 34.515,00
7	441492	Caixa Plástica, Altura: 37, Capacidade: 55L, Características adicionais: tampa e travas, Comprimento: 56,50; Largura: 38,50; Material: Plástico resistente; Tipo: Caixa organizadora; Transmítância: transparente.	UNIDADE	40	R\$ 196,99	R\$ 7.879,60
8	303111	Caixa plástica; Altura: 320; Características adicionais: Fechado e com encaixe; Capacidade: 60L; Comprimento: 600; Largura: 410; Material: Plástico resistente; Tipo: monobloco.	UNIDADE	30	R\$ 114,33	R\$ 3.429,90
9	468712	Caixa Térmica; Capacidade: 26; Características Adicionais: com termômetro digital; 51 x 27 x 32,5 cm; Material: Poliuretano	UNIDADE	20	R\$ 311,40	R\$ 6.228,00
10	447890	Caixa Térmica; Aplicação: Transporte de hemocomponentes; Capacidade: 15; Características adicionais: com termômetro digital, 295 x 260 x 385 mm; Material: polipropileno/ poliestireno/ polietileno/ poliuretano	UNIDADE	20	R\$ 279,00	R\$ 5.580,00

11	402921	Garrafão; Aplicação: água mineral; Capacidade: 20L, Características adicionais: vazio, transparente, retornável, nbr 14222 /14328, Material: plástico.	UNIDADE	50	R\$ 26,10	R\$ 1.305,00
12	618849	Cadeado; Altura: 47; Características adicionais: com 16 pinos, com chave tipo tetra; Largura: 60; Material: Latão maciço; Material haste: aço cementado/ cromado.	UNIDADE	50	R\$ 62,94	R\$ 3.147,00
13	384294	Luva Segurança; Aplicação: produtos químicos, Características adicionais: antiderrapante, antialérgico, flocada internamente; Comprimento: 36; Espessura: 0,40; Material: látex natural; Tamanho: G.	PAR	140	R\$ 10,22	R\$ 1.430,80
14	422811	Dispenser Papel Higiênico; Altura: 27; Características adicionais: trava para rolo de até 300m; Cor: branco; Largura: 27; Material base: plástico ABS; Profundidade: 12,50; Tipo: de parede.	UNIDADE	50	R\$ 59,25	R\$ 2.962,50
15	630614	Dispenser Papel Toalha; Características adicionais: capacidade de até 1.000 folhas duplas; Cor: branca; Dimensões: 20 x 23; Material: plástico resistente; Tipo: para fixação em parede	UNIDADE	50	R\$ 68,20	R\$ 3.410,00
16	410381	Toalha De Papel Material: Papel, Tipo Folha: Dupla Picotada, Comprimento: 22 CM, Largura: 20 CM, Cor: Branca, Características Adicionais: Alto Grau De Absorção, 60 folhas por rolo	PACOTE C/ 2 UNIDADES	1.020	R\$ 10,35	R\$ 10.557,00
17	404487	Filtro Purificação Água; Material: Elemento Tripla Filtração; Vazão: 50 L/H; Características Adicionais: Manta Plipropileno, Dolomita, Carvão Ativado Prata; Aplicação: Purificador Água Libell Acqua Flex Pressão Máxima: 4 KGF/CM2; COMPATÍVEL COM PURIFICADOR DE ÁGUA LIBELL ACQUAFLEX HERMÉTICO BRANCO, CÓDIGO DE REFERÊNCIA: 50010098	UNIDADE	100	R\$ 52,92	R\$ 5.292,00
18	600917	Capacho Material: Vinil, Cor: Grafite, Características Adicionais: Personalizado, Impressão: Logotipo do Órgão; Dimensões: 0,90m x 1,20m	UNIDADE	3	R\$ 320,00	R\$ 960,00
19	233648	Papel Higiênico, Material: Celulose Virgem, Comprimento: 300 M, Largura: 10 CM, Quantidade Folhas: Simples, Cor: Branca, Características Adicionais: Não Aplicável	FARCO C/ 8 ROLOS	50	R\$ 66,09	R\$ 9.913,50
Valor Total Estimado (VTE)						R\$ 128.054,55

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será considerado o critério menor preço POR ITEM, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

9.2. O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnica, e economicamente viável, e não represente perda de economia de escala, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, cujos parâmetros de preços serão subsidiados com o QUADRO COMPARATIVO/DEMONSTRATIVO DE PREÇOS, permitindo ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

9.3. Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 40, da Lei 14.133/2021 e da Súmula/TCU 247:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há, no âmbito do DSEI Potiguara contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência;

10.2. A presente contratação ocorre de forma independente, não dependendo de qualquer outro processo licitatório para que possa surtir seus efeitos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Por se tratar de uma aquisição que visa registrar preços para aquisição futura, a presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual - PCA 2026, conforme DFD nº 74/2025, com posterior inserção e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A contratação se encontra em alinhamento com Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde 2024-2026, em consonância com o disposto nos Princípios/Diretrizes indicados abaixo:

- **PD02:** Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos.
- **PD04:** Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Entre os benefícios diretos e indiretos que DSEI POTIGUARA almeja com esta aquisição, destaca-se:

12.1.1. Assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos;

12.1.2. Adquirir de forma mais vantajosa para a instituição materiais de consumo que supram a necessidade, atendendo os requisitos ambientais e econômico-financeiros;

12.1.3. Evitar aquisições por meio de dispensa de licitação e de adesão à ata de registro de preços;

12.1.4. Garantir o pleno atendimento das demandas assistenciais, atendendo da melhor forma possível os nossos usuários;

12.1.5. Abastecer todos os estabelecimentos de saúde em âmbito DSEI POTIGUARA, Polos Base e Unidades Básicas de Saúde Indígena.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução escolhida.

14. Possíveis Impactos Ambientais

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

14.1. Na aquisição de bens, quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010.

14.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

14.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

14.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

14.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.6. Em conformidade com Decreto nº 7.746/2012, e suas alterações pelo Decreto 9.178/2017, que estabelecer critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

14.7. Conforme seu artigo 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

14.7.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

14.7.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

14.7.3. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

14.7.4. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

14.7.5. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

14.7.6. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. (Incluído pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

14.8. A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

14.9. A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

14.10. Compete à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, como órgão central do Sistema de Serviços Gerais - SISG, expedir normas complementares sobre critérios, práticas e ações de logística sustentável. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

14.11. A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preverá, no mínimo: (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

14.12. Ainda é importante destacar que o Guia Nacional de contratações sustentáveis, 2ª edição, revisada, atualizada, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

14.12.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

14.12.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

14.12.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

14.12.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

14.12.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

14.12.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

14.3. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. Em conformidade com os termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar a seguinte providência: realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE Nº 6, de 03/11/1995, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.

14.14. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva. O Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguar se compromete a seguir critérios e práticas de sustentabilidade, veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, seja na execução dos serviços contratados ou no fornecimento dos bens – e a premissa é que preservem o caráter competitivo do certame.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento declara que a aquisição pretendida é viável devido:

Há disponibilidade, uma vez que há no mercado empresas especializadas para atender à demanda;

Há exequibilidade, uma vez que a pesquisa de preços de mercado demonstrou que os valores referência para a aquisição são compatíveis para os itens pretendidos;

Há efetividade, uma vez que a disponibilidade, a possibilidade e a exequibilidade atendem à necessidade deste DSEI Potiguar para a aquisição de bens que são indispensáveis para o bom desempenho de suas atribuições.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BERNADETH DE LOURDES VON SOHSTEN

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 15:05:24.

WALCIMAR SILVA DE SOUZA

Equipe de Planejamento de Contratação



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 15:07:07.

